

# **NÃO HÁ SUL GLOBAL SEM A ÁFRICA: APONTAMENTOS SOBRE O LUGAR DO CONTINENTE AFRICANO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA DO TERCEIRO GOVERNO LULA (2023-2026)**

*Danilo Augusto da Silva Horta*<sup>17</sup>  
UNICAMP

## **Resumo**

O presente artigo analisa o papel atribuído à África pela política externa do terceiro governo Lula, examinando-se as ações externas empregadas pelo atual governo em relação ao continente africano nos três primeiros semestres de governo e discorrendo sobre as tendências dos relacionamentos Brasil-África durante o atual mandato presidencial (2023-2026). Para compreender as oportunidades, os desafios e as tendências existentes na política externa brasileira em relação ao continente africano do governo Lula III, e sustentar os argumentos desenvolvidos neste trabalho, partimos de uma análise dos principais eixos da política externa dos dois primeiros governos Lula (2003-2010) e dos desafios oriundos da condução política externa brasileira pelo governo de Jair Bolsonaro, para então, discorrer sobre a política externa brasileira desenvolvida pelo atual governo e sobre as tendências deste relacionamento.

*Palavras-chave:* Política Externa Brasileira; África; Governo Lula; Governo Bolsonaro; Brasil.

## ***THERE IS NO GLOBAL SOUTH WITHOUT AFRICA: NOTES ON THE PLACE OF THE AFRICAN CONTINENT IN BRAZIL'S FOREIGN POLICY DURING LULA'S THIRD GOVERNMENT (2023-2026)***

## **Abstract**

This article analyzes the role attributed to Africa by the foreign policy of Lula's third government, examining the external actions employed by the current administration in relation to the African continent during the first three semesters of the government and discussing the trends in Brazil-Africa relations during the current presidential term (2023-2026). To understand the opportunities, challenges, and existing trends in Brazil's foreign policy towards the African continent under Lula's third government, and to support the arguments developed in this work, we start with an analysis of the main pillars of the foreign policy of Lula's first two governments (2003-2010) and the challenges stemming from the conduct of Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro's administration. Then, we discuss the foreign policy developed by the current government and the trends of this relationship.

*Keywords:* Brazilian Foreign Policy; Africa; Lula Government; Bolsonaro Government; Brazil.

---

<sup>17</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP/UNICAMP) e graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [danilosilvahorta@gmail.com](mailto:danilosilvahorta@gmail.com).

## 1. INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a política externa do terceiro governo Lula (2023-2026) não constitui uma tarefa fácil, tanto porque este governo ainda desenvolve suas atividades quanto porque existem diversos debates em relação às políticas adotadas até então. Encontramos outras dificuldades quando versamos sobre as ações tomadas por este governo em relação a um continente específico, isto é, em relação ao continente africano, objeto central da pesquisa aqui desenvolvida.

Apesar das dificuldades existentes para se compreender as ações internacionais do Brasil durante o terceiro governo Lula (Lula III), e a política externa brasileira para a África neste período, entendemos ser possível eliminar alguns dos problemas existentes em se examinar fenômenos contemporâneos observando o que foi realizado no passado para entender os sentidos das políticas adotadas no presente.

Desta forma, defendemos que a política externa do 3º governo Lula possa ser caracterizada partindo-se de três procedimentos: 1º) pela compreensão e análise dos pilares da política externa seguida durante os dois primeiros governos Lula (2003-2006; 2007-2010), visto que as experiências adquiridas têm reflexos diretos sobre a forma e conteúdo da política externa adotada na atualidade, embora sobre outras bases (ou seja, trata-se de um *Know-How* importante); 2º) pela análise dos cenários doméstico e externo deixados pela gestão de Jair Bolsonaro para o novo governo, cujos efeitos impactam as ações deste último e 3º) a partir da análise das ações concretas adotadas pelo governo Lula III e das expectativas existentes sobre sua política externa.

O objetivo desta pesquisa é compreender o papel atribuído à África pelo governo Lula III; por conta disto, analisamos e discorremos sobre as ações concretas e as tendências existentes na política externa do terceiro governo Lula para o continente africano. Fazemos isto pois compreendemos que a conjunção entre a análise de ações concretas e das tendências existentes pode oferecer uma visão global do que foi desenvolvido até então e das perspectivas deste governo acerca do papel/lugar da África para a/na política internacional do Brasil.

A hipótese presente neste trabalho é a de que a política externa brasileira do governo Lula III para a África segue e tende a seguir conforme os moldes da política

externa adotada nos dois mandatos anteriores do presidente, apesar de tais ações terem de lidar com cenários distintos e mais desafiadores do que os de outrora, tanto por conta das pressões domésticas existentes quanto por conta do cenário internacional em rápida transformação. Para a realização desta pesquisa adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo e os seguintes métodos procedimentais: 1º) pesquisa exploratória, com o objetivo de reunir dados e bibliografias relevantes para a questão e 2º) análise explicativa, como forma de avaliar os resultados obtidos na primeira etapa do método procedimental.

## **2. A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS LULA (2003-2010)**

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República pela primeira vez. Após décadas de vida política ativa e derrotas em eleições presidenciais, a vitória de Lula representava, paralelamente, um triunfo do Partido dos Trabalhadores (PT) na política brasileira e uma vitória da parcela populacional que demandava maiores gastos com questões sociais e a diminuição das desigualdades. Dito de outra forma, a ascensão do PT ocorre devido a uma forte contraposição, por parte da sociedade brasileira, ao modelo econômico que vinha sendo aplicado desde o início da década de 1990 pelo governo Fernando Collor e mantido até o final dos governos Fernando Henrique Cardoso (Maciel, 2020).

A opção majoritária da população pelo programa “neodesenvolvimentista” de Lula e do Partido dos Trabalhadores foi esmagadora: no segundo turno da corrida presidencial de 2002 Lula derrotou José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), com 61,27% dos votos válidos, contra 38,73% do pessedebista (TSE, 2003). Em essência, entende-se que Lula inicia seu primeiro mandato com grande legitimidade e apoio popular. Essa legitimidade e este apoio se mantêm, também, no segundo mandato do presidente.

Apesar de contar com grande apoio popular e ser eleito duas vezes com elevado percentual do eleitorado, Lula não governou sem dificuldades. O PSDB e o Partido da Frente Liberal (PFL) foram grandes opositores e críticos das políticas adotadas pelos governos petistas nos âmbitos doméstico e externo (Vigevani; Cepaluni, 2007); as ações externas adotadas, não raro, se contrapunham a diversos

interesses de grupos nacionais e internacionais (Pecequilo; Carmo, 2017; Vigevani; Cepaluni, 2007).

Em essência, este é o cenário político do Brasil durante os dois primeiros governos Lula: o governo contava com grande legitimidade e apoio das massas, mas governava com grande oposição (doméstica e internacional) e com a existência de diversos escândalos políticos, especialmente com casos de corrupção (Vigevani; Cepaluni, 2007; Miguel; Coutinho, 2007). Apesar de existirem diferentes debates sobre os governos Lula no campo da Ciência Política e da Economia, é possível afirmar que existe certo consenso acerca dos eixos orientadores da política externa brasileira adotada neste período.

No campo das Relações Internacionais, reconhece-se que a política externa dos primeiros governos Lula baseou-se nos seguintes eixos: 1º) na busca pelo/no fortalecimento do multilateralismo; 2º) na busca por desenvolver e fortalecer relações de caráter Sul-Sul, isto é, com países periféricos/terceiro-mundistas africanos, asiáticos e latino-americanos; 3º) na busca por manter boas relações e fortalecer laços de caráter Norte-Sul, isto é, com países centrais/desenvolvidos, especialmente com os europeus e com os Estados Unidos; 4º) na importância dada a temáticas relativas ao desenvolvimento; ao enfrentamento de problemas sociais, como a pobreza e a fome; e pela busca da “paz” (Pecequilo; Carmo, 2017; Vigevani; Cepaluni, 2007; Maciel, 2020).

Se há consensos sobre os eixos que guiaram a política externa dos primeiros governos Lula, o mesmo não ocorre acerca do entendimento sobre os interesses e os objetivos buscados pela política externa brasileira no período. De modo geral, podemos observar três vertentes interpretativas sobre a política externa dos dois primeiros mandatos de Lula (2003-2010): 1ª) defende que a política externa dos governos Lula manteve-se ligada à busca pelo desenvolvimento econômico e autonomia, seguindo-se as tradições históricas da política externa brasileira; 2ª) intenta que sua política externa representou uma retomada da atuação terceiro-mundista característica da política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1978); e 3ª) observa-a a partir de uma perspectiva marxista, ligada estreitamente às concepções teóricas sobre o subimperialismo/imperialismo brasileiro.

A primeira perspectiva é encontrada no texto de Vigevani e Cepaluni (2007), que defendem que o governo Lula utilizou-se da política externa como um instrumento para promover a autonomia e o desenvolvimento econômico do Brasil. Para estes autores, as ações externas lulistas não constituem um retorno ao terceiro-mundismo, característico do que eles denominam de “autonomia pela distância”, momento em que a aproximação do Sul Global ocorre como resultado da busca pelo desenvolvimento autárquico e do distanciamento dos regimes internacionais (Vigevani; Cepaluni, 2007, p.283). Nas concepções de Vigevani e Cepaluni (2007), embora a política terceiro-mundista tenha servido de inspiração e de experiência para os governos petistas, a política externa dos governos Lula é caracterizada pelo conceito de “autonomia pela diversificação”, definido pelos autores:

como a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem as assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional. (Vigevani; Cepaluni 2007, p. 283).

Vigevani e Cepaluni (2007) defendem que a diversificação de parcerias e a diversificação de arenas internacionais de atuação seriam promovidas por Lula para assegurar maiores oportunidades econômicas, políticas e sociais para o Brasil e para elevar o poder de barganha nacional em relação aos países do Norte Global, especialmente os Estados Unidos e os países europeus, sem, contudo, criar desavenças ou disputas com estes últimos. A diferença desta vertente interpretativa e da segunda, isto é, da vertente que aponta o caráter terceiro mundista da política externa dos governos Lula, é sobretudo terminológica, pois as concepções teóricas sobre os objetivos buscados e os resultados obtidos com as ações empreendidas pela política externa brasileira durante o período são muito semelhantes. O texto de Pecequillo e Carmo (2017) é característico da vertente interpretativa que atribui o caráter terceiro-mundista à política externa dos dois primeiros governos Lula; de acordo com os autores:

As relações internacionais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) consolidaram um perfil autônomo e assertivo no cenário global, elevando a posição e a credibilidade do Brasil no campo externo. A recuperação de uma atuação de caráter terceiro mundista e voltada ao Sul,

com ênfase em temas sociais e de desenvolvimento, associada à agenda de reforço e reforma do multilateralismo, compôs um projeto sólido. Além disso, o Brasil procurou reforçar uma política externa de eixos combinados Sul-Sul e Norte-Sul, ampliando suas alternativas internacionais. (Pecequillo; Carmo, 2017, p. 13)

Para a segunda vertente interpretativa, a busca por fortalecer relações de caráter Sul-Sul (retomando-se, portanto, uma tradição terceiro-mundista) seria reflexo não apenas dos objetivos externos buscados pelos governos Lula, mas também das transformações que se processavam no Sistema Internacional, onde diversos atores do Sul Global ganhavam crescente importância e concentravam crescentes níveis de poder econômico, militar e político-diplomático. É neste quadro internacional que as relações de caráter Sul-Sul se tornam prioritárias para a política externa brasileira, que passa a apresentar maior assertividade e proatividade com a condução do presidente Lula (Pecequillo; Carmo, 2017). Como consequência disso, países africanos, asiáticos e países latino-americanos, especialmente os do Cone Sul da região, e arranjos institucionais como os BRICS e o Mercosul ganham destaque na política externa do Brasil.

A terceira vertente interpretativa sobre a política externa brasileira dos governos Lula (2003-2010) difere, em vários sentidos, das anteriores. Nela, busca-se analisar os eixos da política externa dos governos lulistas a partir de referenciais teóricos marxistas, e mais especificamente, referenciais oriundos das teorias do imperialismo/subimperialismo. Maciel (2020), um dos autores que compõem esta vertente interpretativa, caracteriza as ações internacionais brasileiras adotadas nesse período como “imperialistas *lights*”, compreendendo-as como centrais para o atendimento das demandas de importantes grupos/setores econômicos domésticos, especialmente das grandes empresas e do agronegócio.

Nessa última perspectiva teórica, os interesses de distintos grupos econômicos nacionais e o comportamento/características da economia brasileira teriam condicionado o Brasil a se inserir internacionalmente a partir do fortalecimento das relações com países periféricos do Sul Global. Valorizando-se, sobretudo, relações comerciais e financeiras, o governo brasileiro tentaria fortalecer a inserção econômica internacional do Brasil ao mesmo tempo em que buscava defender-se dos interesses de países imperialistas do Norte Global em sua economia e recursos. Devido a isto, o apoio político-diplomático dos países do Sul Global

também seria buscado para proteger os interesses nacionais frente aos países imperialistas. Desta forma, o desenvolvimento de relações econômicas e de relações político-diplomáticas com os países do Sul Global seriam, duplamente, benéficas para o Brasil (Maciel, 2020). Seguindo-se isto, compreende-se que, durante os dois primeiros governos Lula, a África teve um papel fundamental tanto como mercado demandante de produtos e investimentos brasileiros quanto como fonte de apoio político-diplomático para o Brasil.

Apontar a existência de diferentes vertentes teóricas/interpretativas sobre os eixos da política externa dos primeiros governos Lula faz-se importante, pois cada uma delas apresenta elementos relevantes para pensarmos/analísarmos as relações brasileiras com a África. Apesar de podermos indicar diferentes objetivos políticos, econômicos e diplomáticos que guiaram as relações Brasil-África e levaram a uma aproximação entre esses dois atores na primeira década do século XXI, é importante destacar que tal aproximação ocorre paralelamente a uma crescente inserção brasileira no Sistema Internacional e ao fortalecimento das relações do país com outras regiões periféricas, como a América do Sul e a Ásia. Isto posto, importa ressaltar outros dois aspectos fundamentais da política externa empregada pelos governos Lula.

O primeiro deles diz respeito à intensa diplomacia presidencial, utilizada como um dos principais instrumentos da política externa brasileira durante os governos lulistas. Em essência, Lula foi um líder extremamente ativo e participativo nas relações exteriores do Brasil, tal como apontado por Pecequillo e Carmo (2017) e Vigevani e Cepaluni (2007). Durante seus dois primeiros mandatos, o presidente fez 267 viagens internacionais, 30 delas para o continente Africano (Ferreira, 2016).

O segundo aspecto a ser ressaltado diz respeito à natureza dos atores do Sul Global com que o Brasil buscava formar e fortalecer relações diplomáticas e econômicas. Resumidamente, entende-se que o país formou e fortaleceu conexões com atores que apresentavam as mais diversas características: democracias e ditaduras; países comandados pela direita e pela esquerda; economias pobres e em desenvolvimento; países com afinidades culturais e outros sem, etc.; dito de outra maneira, observamos a formação de relacionamentos heterogêneos do Brasil com os países do Sul Global (Vigevani; Cepaluni, 2007). Ressaltar isso é importante

porque entendemos que a atual conjuntura, onde persiste uma aflorada sensibilidade a temáticas de política internacional, impõem desafios e custos políticos no que tange ao desenvolvimento de relações com alguns países do Sul Global, custos estes que eram marginais ou baixos durante os primeiros governos Lula.

De toda maneira, apesar da política externa dos governos lulistas ter buscado a aproximação com todo o Sul Global, defendemos que os países africanos apresentaram importância basilar para a política externa brasileira no período 2003-2010, tal como ressaltado por Mapa (2011, p. 7).

O objetivo de estabelecer a cooperação Sul-Sul e de realizar alianças estratégicas com nações emergentes são as linhas traçadas pela política externa do governo Lula. Dentro deste projeto de inserção internacional, as relações Brasil-África têm adquirido elevada importância geopolítica. Não obstante, desde o início de seu governo, o presidente Lula procurou afirmar que entre as prioridades de sua política externa, constava a aproximação aos países africanos devido, de um lado, a uma dívida histórica de aprofundamento de relações com a região e, por outro lado, às oportunidades de estabelecimento de cooperação que se abrem mediante as afinidades e complementaridades sociais, econômicas e culturais. (Mapa, 2011, p. 7)

Se levarmos em consideração o descrito anteriormente, pode-se afirmar que o interesse em valorizar e reforçar laços com países africanos ocorreu, em essência, por conta dos objetivos perseguidos pela política externa brasileira dos governos Lula (2003-2010). Tais objetivos, levaram a uma aproximação do Brasil e do continente africano, que se tornou crescentemente relevante para a economia brasileira e para a influência e importância internacional do Brasil durante os governos lulistas (Maciel, 2020; Mapa, 2011). No que tange aos aspectos econômicos, durante os governos Lula, as relações comerciais e financeiras do Brasil com a África cresceram exponencialmente, tal como ressaltado por Maciel (2020, p. 365-366): “Do ponto de vista econômico as relações entre Brasil e África adquiriram um novo patamar a partir de 2003, com uma intensificação jamais vista do intercâmbio comercial e dos investimentos brasileiros na região”. O autor continua:

[...] há um claro avanço em termos de fluxo comercial entre Brasil e África a partir de 2003, pois se entre 1997 e 2002 este tinha por média 3,19 bilhões de dólares, entre 2003 e 2010 esse montante quadruplica, saltando para 16,04 bilhões de dólares. Os maiores parceiros do Brasil na



África são Angola, África do Sul, Nigéria, Marrocos, Argélia, Egito e Líbia.  
(Maciel, 2020, p. 366)

Maciel (2020) e Rizzi et. al. (2011) também apontam para o fato de que houve um crescimento das exportações de capitais do Brasil para África, sendo que estas se destinaram a diversos países africanos na forma de investimentos produtivos.

Se durante os governos Lula a importância comercial e financeira da África para o Brasil cresce consideravelmente (o contrário também é válido), o mesmo ocorre nos âmbitos políticos e diplomáticos. Tal como descrito por Rizzi et. al. (2011) e Mapa (2011), diversas ações foram empregadas pelos primeiros governos lulistas com o objetivo de fortalecer as conexões Brasil-África: há a reativação e reestruturação dos departamentos do Itamaraty, com a criação de um que passa a ser responsável por cuidar, especificamente, de questões relacionadas à África (sendo este subdividido em três divisões, cada uma responsável para gerir questões relativas a determinadas sub-regiões do continente) (Mapa, 2011); tem-se tanto a reabertura de embaixadas na África, que haviam sido fechadas durante os governos de FHC, quanto a criação de novas embaixadas - de acordo com Mapa (2011, p. 8): “chama atenção o fato de que o número de embaixadas brasileiras na África saltou de 18 para 36, ao longo do governo Lula, enquanto que a quantidade de embaixadas africanas no Brasil aumentou de 16 para 29”; há tanto a adoção de posições em favor de países africanos quanto a adoção de posições coordenadas com países africanos em fóruns multilaterais (Rizzi et. al., 2011; Maciel, 2020); e há um intenso uso da diplomacia presidencial por parte de Lula, que realiza diversas viagens para fortalecer laços com países africanos, selar acordos de cooperação e formar parcerias em diversos setores com os Estados e entidades da África. De acordo com Ferreira (2016), Lula realizou 30 viagens para o continente africano, sendo esta quantidade muito superior às viagens realizadas por seus antecessores (Rizzi et. al. 2011).

Esses elementos nos possibilitam defender que as relações com a África foram fundamentais para que o Brasil atingisse os objetivos buscados pela política externa dos primeiros governos lulistas. Diferente dos governos antecessores, tal como apontado por Rizzi et. al. (2011), nos governos Lula os países africanos se tornam atores importantes e influentes na política externa brasileira.

Se de 2003 a 2010 a África ganhou importância para as ações internacionais do Brasil, desde meados da segunda década do século XXI observa-se um crescente distanciamento do Brasil em relação aos atores do continente. Tal distanciamento foi aprofundado enormemente pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que marginalizou, de distintas formas, o continente africano da política externa de seu governo, tal como discorreremos na seção posterior.

### **3. GOVERNO BOLSONARO, POLÍTICA EXTERNA E AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA NO PERÍODO 2019-2022**

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República ocorre como resultado direto e indireto de diversos processos políticos e sociais que, desde as denominadas jornadas de junho de 2013, fortaleceram a direita e a extrema-direita no tecido social brasileiro (Casarões, 2021). Importa ressaltar o fato de que Bolsonaro ganha crescente relevância e influência política em meio a um cenário de fortalecimento de líderes, partidos, grupos e ideias de direita e extrema-direita no Brasil, onde se instalara no imaginário social a caracterização da esquerda como corrupta e imoral (Santos, 2021), e no mundo.

Nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro venceu Fernando Haddad, do PT - visto que a candidatura de Lula fora rejeitada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) -, no segundo turno por 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% do petista (TSE, 2018). Resumidamente, entende-se que Bolsonaro chega ao poder com grande legitimidade política, em um cenário em que a oposição de esquerda estava sufocada e enfraquecida, e com o principal partido de oposição ao governo Bolsonaro, o PT, debilitado (Santos, 2021).

Analisar o governo Bolsonaro é fundamental para compreendermos o Brasil na contemporaneidade, visto que tanto a influência da família Bolsonaro e do bolsonarismo (e da extrema-direita em geral) quanto os efeitos de suas políticas domésticas e externas não desapareceram com a vitória de Lula nas eleições de 2022. Aqui busca-se versar, de maneira sintética, sobre as dinâmicas domésticas e externas características do governo Bolsonaro, dando destaque para o as ações externas referentes à África.

De modo geral, entendemos que Jair Bolsonaro chega à presidência da república com grande legitimidade e grande capacidade de governar; apesar disso, sua base de apoio político era muito heterogênea, com demandas diversas e não raro, conflitantes. Dentre os principais grupos e setores de apoio do governo Bolsonaro estavam: 1º) militares e agentes da segurança pública; 2º) grupos e líderes evangélicos; 3º) indivíduos caracterizados como oriundos da classe média; 4º) empresários e indivíduos ligados ao agronegócio e setores ligados ao capital financeiro; 5º) grupos ligados a ideais antiglobalistas, muitos dos quais eram seguidores de Olavo de Carvalho; 6º) grupos de direita e extrema-direita contrários a governos de esquerda e/ou demandas/valores descritos/definidos como de “esquerda”, especialmente políticas públicas que visavam a promoção de igualdade de gênero, de raça e de sexo (Santos, 2021; Casarões, 2021; Nery, 2021).

A heterogeneidade dos grupos de apoio e, conseqüentemente, das demandas realizadas para o governo Bolsonaro, resultaram na formação de um quadro governamental subdividido em quatro núcleos políticos: 1º) o núcleo militar, dos quais se destacavam a figura de Hamilton Mourão, vice-presidente do governo Bolsonaro, e do General Heleno, que fora ministro do Gabinete de Segurança Institucional de Bolsonaro; 2º) o núcleo globalista, liderado por seguidores de Olavo de Carvalho, como Ernesto Araújo, ministro das relações exteriores de 2019 a 2021, e Abraham Weintraub, ministro da educação de 2019 a 2020; 3º) tecnocratas, voltados para a implementação da cartilha neoliberal na economia e para a redução/enxugamento do Estado, visando atender aos interesses de setores econômicos importantes, tal como foi o caso de Paulo Guedes, ministro da fazenda de Bolsonaro, e de Tereza Cristina, ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil do governo Bolsonaro; e 4º) por autoridades ligadas às forças evangélicas e neopentecostais, tal como é o caso de Damares Alves, ministra dos Direitos Humanos, Mulher e da Família de Bolsonaro. Esses quatro grupos foram responsáveis por formular, desenvolver e aplicar as políticas observadas no governo Bolsonaro, tanto no que tange ao plano doméstico, quanto no que tange ao plano internacional.

As políticas domésticas do governo Bolsonaro giraram em torno dos seguintes eixos: 1º) da defesa da pauta de costumes, buscando-se atender a

interesses e defender valores de setores evangélicos e neopentecostais e de setores reacionários da sociedade; 2º) da defesa do modelo neoliberal na economia, com a busca por diminuir a atuação e a “interferência” do Estado sobre ela e por liberalizar fluxos financeiros e comerciais; 3º) da busca por fortalecer aspectos securitários no plano doméstico e externo e 4º) da adoção de uma postura anticomunista e antiglobalista no plano doméstico e internacional, contrária a ideias/políticas caracterizadas como de “esquerda” e/ou identificadas como progressistas, em um movimento de luta contra o denominado “marxismo cultural” (Santos, 2021; Casarões, 2021). Além disso, observa-se um intenso repúdio às instituições democráticas, seja no ambiente doméstico seja no internacional, tal como ressaltado por Hirst e Maciel (2022).

Levando em consideração os diferentes grupos de apoio, os distintos núcleos políticos que compuseram o governo de Jair Bolsonaro e os objetivos perseguidos com as políticas adotadas no âmbito doméstico, podemos compreender efetivamente os principais eixos que guiaram a política externa adotada por este governo. É fundamental destacar que muitas das ações internacionais observadas neste período são contraditórias, e que também existiram distintas incongruências entre retórica e prática no governo Bolsonaro.

O primeiro eixo que guiou a política externa do governo Bolsonaro foi o eixo ideológico. Sob forte influência dos seguidores de Olavo de Carvalho e fortemente ligada à extrema-direita mundial, a política externa bolsonarista buscou reestruturar os laços político-diplomáticos do Brasil, adotando medidas que visavam fortalecer as conexões com países comandados por líderes de extrema-direita, sobretudo, mas não somente, os Estados Unidos (especialmente quando governado por Donald Trump) e Israel. Paralelamente, buscou-se distanciar o Brasil de países considerados “comunistas” ou contrários aos valores “conservadores-cristãos” defendidos pelo governo, tais como a Venezuela, Cuba, China e Argentina (especialmente a partir de 2019, quando passa a ser governada por Alberto Fernandez); essa condução externa teve reflexos diretos sobre a relação do Brasil com países considerados fora do “eixo ocidental”, com destaque para muitos países árabes (Hirst; Maciel, 2022; Casarões, 2021; Nery, 2021; Scherer, 2022).

O forte teor ideológico da política bolsonarista também é descrito por Gonçalves e Teixeira, que a caracterizam como “uma política externa movida exclusivamente por motivações ideológicas, sem compromisso com qualquer concepção de interesses nacionais” (Gonçalves; Teixeira, 2020, p. 192). De toda maneira, apesar da grande carga ideológica, é fundamental apontar para a existência de grupos e interesses domésticos que impunham limites ao conteúdo ideológico da política externa bolsonarista (Casarões, 2021).

Assim, entende-se que as forças políticas e econômicas de distintos grupos domésticos, interessados em um maior pragmatismo na condução das ações internacionais do país, tiveram efeitos diretos sobre a política externa bolsonarista, muitas vezes impondo limites às pretensões e ações da “ala ideológica” do governo Bolsonaro (Casarões, 2021; Gonçalves; Teixeira, 2020). Tanto o núcleo militar quanto o núcleo tecnocrático buscavam promover ações mais pragmáticas na política externa, mesmo sob as tensões oriundas dos discursos e ações do núcleo globalista (Casarões, 2021). De maneira geral, entendemos que o segundo eixo da política externa do governo Bolsonaro, isto é, o eixo econômico neoliberal-pragmático, não somente era, em grande medida, conflitante com o eixo ideológico seguido, mas que também impunha limites às pretensões de alas ideológicas do governo.

Em consonância com as políticas (neo)liberalizantes adotadas no âmbito doméstico (Carneiro, 2019), a política externa bolsonarista apresentou um forte caráter anti-estadista (Hirst; Maciel, 2022), com a adoção de políticas deliberadas de destruição das capacidades estatais/diplomáticas nacionais em prol do mercado e dos interesses de grupos econômicos e financeiros domésticos e internacionais. Nesse sentido, é possível defender que o governo Bolsonaro buscou diminuir a atuação externa do Estado brasileiro e promover uma inserção internacional do Brasil a partir das liberalizações comerciais e financeiras realizadas pelo núcleo tecnocrático do governo – vale notar que políticas liberalizantes aplicadas no âmbito doméstico também tiveram efeitos sobre as relações externas do país (Carneiro, 2019; Hirst; Maciel, 2022). Tal como ressaltado por Casarões (2021, 457):

Defensores de uma política externa pragmática, praticada até mesmo durante o período autoritário, os militares – representados pelo vice-presidente Hamilton Mourão – foram capazes de conter a “ala ideológica” na proposta de transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, alinhada com os interesses do governo Trump e das lideranças evangélicas nacionais, bem como em seu desejo de promover uma mudança de regime na Venezuela. Liberais e ruralistas, por sua vez, seguem buscando estimular o comércio de commodities para parceiros hostilizados pelos antiglobalistas, como China, União Europeia, países árabes e muçulmanos, além da Argentina. Para o grupo liderado pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Agricultura, Tereza Cristina, a única ideologia que importa é a abertura de mercados.

Outros eixos da política externa do Governo Bolsonaro foram: 3º) o securitário, em que se dava centralidade a questões securitárias e militares nas ações tomadas pelo governo nos planos doméstico e externos. Devido a este eixo, observa-se ações como a elevação do número de militares nos cargos do executivo brasileiro e a elevação dos investimentos federais na área de defesa (Hirst; Maciel, 2022); e 4º) o cristão-conservador, com as ideias e valores de grupos evangélicos, neopentecostais e conservadores influenciando as ações e posições do Brasil em diversos fóruns multilaterais e com reflexos diretos e indiretos para várias das relações bilaterais do país (Casarões, 2021).

De toda forma, entendemos que a atuação internacional do Brasil durante o governo Bolsonaro possa ser caracterizada da seguinte maneira: 1º) uma política externa guiada por interesses ideológicos, que resultaram em um aprofundamento das relações brasileiras com países comandados por governos de extrema-direita (especialmente com Estados Unidos, Israel; Hungria e Polônia), sem que se observasse benefícios concretos para o Brasil; 2º) pela busca por reduzir os custos da política externa, seguindo-se o programa neoliberal e anti-estadista adotado no âmbito doméstico, e de atribuir/submeter a inserção internacional do Brasil às forças e às relações de mercado, visto as liberalizações comerciais e financeiras empregadas e defendidas pelo núcleo tecnocrático do governo (sendo que esse núcleo, em conjunto com o núcleo militar, impôs limites às ações ideológicas oriundas, sobretudo, do núcleo globalista do governo); e 3º) por um isolamento em diversos fóruns internacionais devido às concepções teóricas globalistas, com seu anticomunismo e anti-globalismo característico, e a defesa de pautas “conservadoras-cristas”, em convergência com as concepções de importantes alas do governo (Casarões, 2021; Hirst; Maciel, 2022, Nery, 2021).

Explicitado isto, defendemos que o governo Bolsonaro promoveu uma grande inflexão na política externa brasileira buscando, sobretudo, a legitimação frente a seus grupos de apoio no âmbito doméstico (Gonçalves; Teixeira, 2020), indo de encontro ao binômio autonomia e desenvolvimento característicos das tradições da política externa brasileira (Casarões, 2021; Hirst; Maciel, 2022).

Descritos esses elementos, entende-se o porquê de a África ter perdido espaço e relevância na política externa brasileira durante o governo Bolsonaro: essa ou era ignorada ou era marginalizada por grande parte dos núcleos que compunham o governo Bolsonaro. Tal como ressaltado por Francisco, Santos e Alves (2020, p. 9): “Em 2019, no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, entre declarações controversas e protocolares, o país foi aprofundando seu distanciamento em relação ao continente, abrindo mão de qualquer plano ambicioso para os africanos”.

A falta de objetivos claros em relação à África, somados aos enxugamentos do aparato diplomático brasileiro e aos interesses político-ideológicos do governo Bolsonaro, conduziram o Brasil a um progressivo isolamento dos países do continente africano.

Em 2020, entretanto, o primeiro movimento do Itamaraty foi o de fechar sete embaixadas na África e no Caribe. No continente africano, as representações brasileiras nas cidades de Freetown (Serra Leoa) e Monróvia (Libéria) foram encerradas e tiveram seus serviços deslocados para a embaixada do Brasil em Acra (Gana). (Francisco; Santos; Alves, 2020, p. 9)

Além dos fechamentos de diversas embaixadas, há a realocação de pessoal do corpo diplomático, até então responsável por assuntos referentes ao continente africano, para outras funções e a diminuição de ações de cooperação entre Brasil e a África. O comércio entre o Brasil e o continente também diminuiu consideravelmente durante o governo Bolsonaro, fator que demonstra uma diminuição da relevância da região para o país (Francisco; Santos; Alves, 2020, p. 9). Além disso, Bolsonaro não visitou nenhum país africano em seu governo, diferente do realizado pelos seus antecessores (Maciel, 2022).

É com um histórico de enxugamento e deterioração das estruturas diplomáticas nacionais; de um afastamento diplomático do Brasil dos países africanos (que deixou vácuos de poder/legitimidade abertos para outros atores

internacionais); distintas tensões acumuladas ao longo do governo Bolsonaro com países árabes e africanos; com massas radicalizadas no âmbito doméstico e com temas de política externa possuindo grande sensibilidade frente a opinião pública, que o governo Lula III processa suas ações (Saraiva; Reis, 2023).

#### **4. O GOVERNO LULA III (2023-2026) E O RETORNO DA ÁFRICA À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

A corrida presidencial de 2022 foi marcada por uma enorme polarização. A disputa ocorreu entre dois dos líderes brasileiros mais influentes da contemporaneidade: de um lado o então presidente Bolsonaro, líder de extrema-direita e com grande apoio popular, e de outro Lula, que volta a vida política após ser solto e inocentado das acusações criminais oriundas da Operação Lava Jato em 2019 (Lara et. al., 2019). O primeiro contava com grande base de apoio, constituída por bolsonaristas e antipetistas, e o segundo com uma base de apoio heterogênea, formada por petistas, grupos interessados na defesa da democracia e indivíduos contrários às políticas empregadas durante o governo Bolsonaro, especialmente as políticas sanitárias adotadas frente a pandemia de Covid-19 (Struck, 2022).

É nesse cenário polarizado que as eleições presidenciais de 2022 se processam, apresentando um dos resultados mais “apertados” da história da democracia brasileira: o petista vence o líder de extrema-direita no 2º turno por 50,83% dos votos válidos contra 49,17% (TSE, 2022). Ou seja, o governo Lula III inicia-se em ambientes doméstico e externo diferentes dos governos anteriores, com muitos desafios, tal como foi demonstrado pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Em seu plano de governo, lançado durante a corrida presidencial, Lula e sua equipe descrevem os eixos que guiariam a condução da política externa brasileira caso este fosse eleito presidente:

Defender nossa soberania exige recuperar a política externa ativa e altiva que nos alçou à condição de protagonista global. O Brasil era um país soberano, respeitado no mundo inteiro. Ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento dos países pobres, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Reconstruiremos a cooperação internacional Sul-Sul com América Latina e África.



Defendemos a ampliação da participação do Brasil nos assentos dos organismos multilaterais (Coligação Brasil Esperança, 2022, p. 17-18)

Como pode-se notar, expressa-se uma vontade de recuperar e transformar a política externa do Brasil a partir dos moldes da política externa praticada nos governos lulistas anteriores. Nesse sentido, há a busca por revalorizar as relações e a cooperação Sul-Sul, especialmente com países da África e da América Latina e por desenvolver melhores condições multilaterais e bilaterais para a inserção internacional do país. Apesar das pretensões, os desafios para alcançá-las são maiores que nos governos anteriores, visto a desestruturação da estrutura diplomática brasileira, especialmente no continente africano, e o isolamento internacional do país promovido pelo governo Bolsonaro. De toda forma, e em congruência com o descrito pelo plano de governo do atual presidente, nos primeiros três semestres do governo Lula III observamos uma série de políticas que buscaram promover a reinserção do Brasil no cenário internacional e retomar/desenvolver relações com países do Sul Global afetadas pelo governo anterior.

Sucintamente, até o primeiro semestre de 2024, observamos uma série de ações, tanto em nível regional quanto em nível internacional, que nos possibilitam defender a tentativa, por parte do governo Lula III, de reeditar a política externa presente nos governos anteriores. Em nível regional, persiste uma busca por fortalecer as relações bilaterais e multilaterais com países latino-americanos, em especial os do Cone Sul da região; destacamos algumas ações neste sentido: o retorno à CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos); a realização de diversas viagens presidenciais com destino aos países latino-americanos; a retomada das relações com a Venezuela (mesmo com a extrema polarização referente a este país na sociedade brasileira); o retorno do Brasil à Unasul (União de Nações Sul-Americanas); a recepção de diversos chefes de Estado Sul-Americanos para discutir temáticas referentes à integração regional (Saraiva; Reis, 2023; Silva, 2023) e a busca de fortalecer o Mercosul, sobretudo com a tentativa de avançar nas negociações do acordo Mercosul-União Europeia (Montanini, 2023). Em nível internacional/multilateral, observamos a tentativa do Brasil de mediar e finalizar o conflito existente entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 2022, e a atuação, especialmente no Conselho de Segurança da ONU, para obter um

cessar fogo no conflito Israel-Palestina ( Hamas) (Montanini, 2023; Silva, 2023), de maneira que o país se posiciona enquanto um ator promotor da paz.

As ações tomadas em nível regional e internacional contaram, em grande medida, com a retomada de um dos elementos característicos da política externa lulista: a diplomacia presidencial. Durante o primeiro ano de seu terceiro mandato, Lula realizou 15 viagens internacionais e visitou 24 países em todos os continentes, com exceção da Oceania (Montanini, 2023). Desses 24 países, 3 eram países africanos, a saber: a África do Sul, Angola e São Tomé e Príncipe. Na África do Sul, Lula participou da 15ª Cúpula de Chefes de Estados dos BRICS, onde se reuniram não apenas os países do bloco, mas diversos chefes de Estado e de governo e representantes empresariais de diversos países, muitos dos quais eram africanos. Em Angola, Lula tratou da cooperação bilateral e do relacionamento entre os dois países, buscando aprofundar relações e gerar novas oportunidades econômicas e comerciais. Em São Tomé e Príncipe Lula participou da 14ª Conferência de Chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), se reunindo com diversos líderes africanos e buscando retomar/aprofundar relações com países africanos de língua portuguesa, como Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau (Planalto, 2023).

Em 2024 o uso da diplomacia presidencial enquanto instrumento de fortalecimento das relações do Brasil com a África se mantém. Em 16 de fevereiro deste ano, Lula viajou para a capital da Etiópia, Adis Abeba, com o objetivo de realizar um encontro bilateral com o primeiro-ministro do país, Abiy Ahmed. Neste encontro, discutiu-se acerca da cooperação entre os dois países, sobre o comércio bilateral e temáticas de interesse de ambos Estados como o combate à fome e a proteção do meio ambiente. Posteriormente, nos dias 17 e 18, o presidente participou da 37ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da União Africana, do qual fora convidado (Ministério das Relações Exteriores, 2024). Nesta cúpula, realizou um discurso no qual ressaltou as distintas oportunidades e espaços para a cooperação entre Brasil e os países do continente africano; a prioridade, para a política externa brasileira de reconstruir os laços com a África, destacando as dívidas históricas com o continente; e apontou para a convergência de interesses dos países africanos e do Brasil no que tange a transformação da ordem

internacional em prol dos objetivos e interesses dos países em desenvolvimento (Planalto, 2024). No discurso, a posição do governo Lula III em relação ao continente africano é explícita:

Minhas amigas e meus amigos, quero terminar dizendo que não há Sul Global sem a África. Retomar a aproximação do Brasil com a África é recuperar laços históricos e contribuir para a construção de uma nova ordem mundial, mais justa e solidária. Permite-nos, sobretudo, somar esforços na superação dos desafios que temos à frente. (Planalto, 2024, online)

Além disso, diversos outros discursos de Lula e falas de seu corpo diplomático apontam para uma crescente importância e centralidade da África na política externa brasileira durante o governo Lula III. Existe a pretensão de reabrir embaixadas e consulados em países africanos e persiste a tendência de uma ativa, e contínua, diplomacia presidencial por parte do atual governo, com vista a fortalecer as relações do Brasil com países do continente africano e com organismos multilaterais da África - tal como a União Africana (Assis, 2024).

Nesse sentido entendemos que o governo Lula III adota uma política externa orientada pelos mesmos eixos da política externa de seus dois governos anteriores, em que se conferia à África papel de destaque. Mesmos com os desafios oriundos da gestão de política externa realizada pelo governo Bolsonaro, é possível esperar um aprofundamento das relações Brasil-África em todos os âmbitos nos próximos anos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, buscou-se argumentar que a política externa do terceiro governo Lula se desenvolve seguindo os eixos orientadores da política externa adotada nos dois primeiros governos do atual presidente, onde se observou uma valorização dos relacionamentos de caráter Sul-Sul e, conseqüentemente, dos laços brasileiros com os países africanos. Para defendermos isso, analisamos os cenários doméstico e externo em que os governos Lula (2003-2010) processaram suas políticas e discorremos sobre a importância da África para a política externa destes governos. Como defendemos, a África apresentou importância basilar para a política externa dos dois primeiros governos Lula.

Apesar da centralidade da região para a política externa brasileira na primeira década do século XXI, a importância da África para o Brasil perdeu força na

última década, em especial, pela condução ideológica e pelo isolamento internacional promovido pela política externa do governo Bolsonaro. No período que abrange 2019 a 2022, as relações brasileiras com a África foram marginalizadas, sendo observados diversos retrocessos nesse sentido, em especial o fechamento de embaixadas e a diminuição das relações comerciais entre este continente e o Brasil.

Apesar das dificuldades oriundas da gestão anterior, o governo Lula III, em conformidade com seu programa de governo, vem adotando políticas de reinserção internacional do Brasil e de revalorização das relações de caráter Sul-Sul, tal como realizado em seus governos anteriores. A África ganha, novamente, crescente importância política, econômica e diplomática para o Brasil, tal como pode ser notado com as viagens realizadas por Lula para países africanos em 2023, no seu primeiro ano do novo governo, e no início de 2024. Além disso, os discursos do presidente e do corpo burocrático brasileiro apontam para a tentativa de retomar e desenvolver laços com atores do continente africano durante o atual mandato presidencial. Tais elementos apontam para uma tendência de aprofundamento das relações econômicas, políticas e diplomáticas existentes entre o Brasil e a África nos próximos anos, de modo que compreendemos que entre os diversos atores do Sul Global, a África possui papel de destaque para política externa do governo Lula III.

## Referências

ASSIS, Vinícius. Lula quer Brasil mais perto da África, onde diplomatas reclamam de difíceis condições de trabalho. **O Globo**, 15 de fevereiro de 2024. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/15/lula-quer-brasil-mais-perto-da-africa-onde-diplomatas-reclamam-de-dificeis-condicoes-de-trabalho.ghtml>>. Acesso em: 15 de mai. de 2024

CARNEIRO, Ricardo. The Anacronic Economic Agenda of the Bolsonaro Government. **Brazilian Keynesian Review**, v. 5, n. 1, p. 154-173, 2019. Disponível em: < <https://www.braziliankeynesianreview.org/BKR/article/view/200>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

CASARÕES, Guilherme. O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira. **Aisthesis**, n. 70, p. 439-473, 2021. Disponível em: < [https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-71812021000200439&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-71812021000200439&script=sci_abstract)>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

COLIGAÇÃO BRASIL ESPERANÇA. Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil Lula-Alckmin 2003-2026. **TSE**, agosto de 2022. Disponível em: < [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5\\_1659820284477.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/BR/544/candidatos/893498/5_1659820284477.pdf)>. Acesso em: 12 de mai. de 2024

FERREIRA, Wallace. FHC e Lula na África sob as perspectivas diplomática e econômica. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 14, n. 1, p. 1-13, 2016. Disponível em: < <https://www.publicacoes.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3998>>. Acesso em: 12 de mai. de 2024

FRANCISCO, Flávio; SANTOS, Kethelyn; ALVES, Maryanna. O vácuo brasileiro nas relações Brasil-África e as transformações no continente africano. In: AZZI, Diego; Rodrigues, Gilberto; SOUSA, ANA. **A política externa de Bolsonaro na pandemia**. São Bernardo do Campo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2020, p. 8-20. Disponível em < <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17340.pdf>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

CONÇALVES, Williams; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Sul Global**, v.1, n.1, p. 192-211, 2020. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061>>. Acesso em: 15 de mar. de 2024

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. Brazil's Foreign Policy in the time of the Bolsonaro government. **SciElo Preprints**, p. 1-28, 2022. Disponível em: < <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771/version/5058>>. Acesso em: 21 de mar. de 2024

LARA, Mahila; FREIRE, Sabrina; RODRIGUES, Douglas; VICTOR, Nathan. Lula livre: ex-presidente deixa prisão em Curitiba. **Poder 360**, 08 de novembro de 2019.

Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/justica/lula-livre-ex-presidente-deixa-a-prisao-em-curitiba/>>. Acesso em: 18 de mai. De 2024

MACIEL, David. Política Externa No Governo Lula (2003-2010): as relações entre Brasil e África. **História Revista**, v. 25, n. 2, p. 350-372, 2020. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/63222>>. Acesso em: 15 de mai. de 2024

MACIEL, Edgar. África-Brasil: Jair Bolsonaro será o primeiro Presidente a não visitar um país africano. **Voa Português**, 02 de junho de 2022. Disponível em: < <https://www.voaportugues.com/a/%C3%A1frica-brasil-jair-bolsonaro-ser%C3%A1-o-primeiro-presidente-a-n%C3%A3o-visitar-um-pa%C3%ADs-africano/6600878.html>>. Acesso em: 24 de mai. de 2024

MAPA, Dhiego de Moura. A África na política externa do governo Lula: fortalecimento e diálogo Sul-Sul. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, julho de 2011: 1-16.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/op/a/YzvvJQqyFQNLb55DYPLgsML/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Etiópia - Adis Abeba. **Notas à Imprensa**, 15 de fevereiro de 2024. Disponível em: < [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-de-estado-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-etioopia-2013-adis-abeba-16-02-2024](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-de-estado-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-etioopia-2013-adis-abeba-16-02-2024)>. Acesso em: 21 de mai. de 2024

MONTANINI, Marcelo. A incursão de Lula num multilateralismo em baixa. **Nexo**, 23 de dezembro de 2023. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/12/23/a-incursao-de-lula-num-multilateralismo-em-baixa>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

NERY, Tiago. A ruptura na política externa brasileira e suas dimensões doméstica e geopolítica: subordinação internacional, fragmentação regional e resposta à pandemia. **Revista Princípios**, v. 40, n. 160, p. 88-111, 2021. Disponível em: < <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/42>>. Acesso em: 25 de abr. de 2024

PECEQUILO, Cristiana Soreanu; CARMO, Corival Alves. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 50, p. 13-46, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/12436>>. Acesso em: 15 de abr. de 2024

PLANALTO. Discurso do presidente Lula durante a abertura da 37ª Cúpula da União Africana. **Discursos e Pronunciamentos**, 17 de fevereiro de 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-37a-cupula-da-uniao-africana#:~:text=%C3%89%20com%20grande%20alegria%20que,com%20os%20desafios%20do%20Brasil.>>. Acesso em: 21 de mai. de 2024

PLANALTO. Lula tem compromissos em três países africanos. **Relações Exteriores**, 16 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-tera-compromissos-em-tres-paises-africanos-na-proxima-semana>>. Acesso em: 15 de mai. de 2024.

RIZZI, Kamilla Raquel; MAGLIA, Cristiana; PAES, Lucas; KANTER, Marcelo. O Brasil Na África (2003-2010): Política, Desenvolvimento e Comércio. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 5, p.61-81, 2011. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/19232>>> Acesso em: 20 de abr. de 2024.

SANTOS, Leonardo Lima. **Ascensão de Bolsonaro ao governo: um estudo de caso de uma cidade do interior da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.161, 2021. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34734>>> Acesso em: 20 de abr. de 2024

SARAIVA, Miriam Gomes; REIS, Ana Paula. O Brasil voltou: as mudanças na política externa nos primeiros 100 dias do governo Lula. **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 68, p. 61-72, 2023. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/133558>>. Acesso em: 10 de mai. de 2024

SCHERER, Lucas Mondin. A política externa do governo Bolsonaro: a autonomia pelo distanciamento. **Revista Relações Exteriores**, 26 de julho de 2022. Disponível em: < <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

SILVA, Bruno Fabrício. Périplo pela política externa do governo Lula III. **Le Monde Diplomatique**, 9 de novembro de 2023. Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/politica-externa-governo-lula-iii/#:~:text=Ao%20lado%20dos%20presidentes%20da,%2C%20defesa%2C%20energia%20e%20infraestrutura>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024.

STRUCK, Jean-Philip. Com frente ampla, Lula freia a extrema direita. **DW**, 31 de outubro de 2022. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/com-frente-ampla-lula-freia-a-extrema-direita/a-63599505>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

TSE. Relatório das Eleições 2002. **TSE**, 2003. Disponível em: <[https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica\\_eleitoral/pdfjs/web/view](https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/view)

[er.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relatorio-resultado-eleicoes-2002/@@download/file/TSE-relatorio-resultado-elei%C3%A7%C3%B5es-2002.pdf](https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-relatorio-resultado-eleicoes-2002/@@download/file/TSE-relatorio-resultado-elei%C3%A7%C3%B5es-2002.pdf)>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

TSE. Eleições 2018: Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos segundo turno. **TSE**, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <  
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>>. Acesso em: 15 de mai. De 2024

TSE. Lula é eleito novamente presidente da República do Brasil. **TSE**, 30 de outubro de 2022. Disponível em: <  
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>>. Acesso em: 10 de mai. de 2024

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. Contexto Internacional, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul. 2007. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2024

Artigo recebido em: maio de 2024.  
Artigo aprovado em: julho de 2024.